

ADI - genérica

▶ **Regras gerais:** o que se busca é o controle de constitucionalidade de lei ou de ato normativo em tese, em abstrato, marcado pela generalidade, impessoalidade e abstração.

▶ ao contrário da via de exceção ou de defesa, na qual o controle difuso se verificava em casos concretos e incidentalmente ao objeto principal da lide, no controle concentrado a representação de inconstitucionalidade, em virtude de ser em relação a um ato normativo impugnado. ▶ atos normativos passíveis de controle seriam aqueles de indiscutível caráter normativo, como o regimento interno dos tribunais.

▶ **competência:** a competência para processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade será definida em conformidade com a natureza do objeto da ação e o paradigma de confronto de constitucionalidade.

- Lei ou ato normativo federal ou estadual que violar a Const. Federal: competência originária do STF.

- Lei ou ato normativo estadual ou municipal que violar a Const. Estadual: competência originária do Tribunal de Justiça do Estado.

- Lei ou ato normativo municipal que violar a Const. Federal: por falta expressa previsão constitucional, inexistirá o controle concentrado e originário por ADI no STF.

▶ **legitimidade:** a ADI poderá ser proposta pelos seguintes legitimados:

- Pres. da República;
- Mesa do Senado Federal;
- Mesa da Câmara dos Deputados;

- Mesa da Assembleia Legis. ou da Câmara do DF;
- Governador do Estado ou do DF;
- Procurador G. da República;
- Conselho Federal da OAB;
- Partido Político com representação no Cong. Nacional;
- Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

↳ trata-se de rol taxativo.

▶ **procedimento**: A ADI genérica será proposta por um dos legitimados do art. 103, no STF e tendo por objeto lei ou ato normativo federal ou estadual que violar a CF.

O relator pedirá informações aos órgãos ou às autoridades das quais emanou lei ou ato normativo impugnado no prazo de 30 ~~anos~~ dias contados do recebimento do pedido.

Poderá o relator requisitar outras informações, designar perito ou comissão de peritos p/ que emita parecer sobre a questão, ou fixar data p/, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

importante → a **inconstitucionalidade** será proferida pelo voto da maioria absoluta dos membros do STF, desde que presente o quorum de instalação da sessão de julgamento, qual seja, ao menos 8 dos 11 ministros.

▶ **efeitos da decisão**: as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo STF, nas ações diretas de inconstitucionalidade produzirão eficácia contra todos e eficácia vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à adm. pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, além de ter efeito retroativo, ex-tunc, retirando do ordenamento jurídico o ato normativo ou lei incompatível com a CF.